



Licenciatura ***2014-2015***

DIREITO DO TRABALHO I **4º ANO**

Turma da Noite

Coordenação e regência: Prof^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

Colaboradores: Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

Mestre Isabel Vieira Borges

PROGRAMA ABREVIADO

PARTE I

DOGMÁTICA GERAL

I

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DO TRABALHO

§ 1º - Objecto e âmbito do Direito do Trabalho

1. O trabalho subordinado como objecto do Direito do Trabalho: da actividade laborativa à actividade laboral

1.1. As múltiplas valências do fenómeno do trabalho e o seu sentido jurídico

1.2. O trabalho como actividade produtiva valorizada *a se*

1.3. O trabalho como actividade livre: a actividade laborativa

1.4. O trabalho como actividade retribuída

1.5. O trabalho como actividade desenvolvida em situação de dependência: a actividade laboral

1.6. O enquadramento jurídico privado da actividade laboral

1.7. Conclusão: a actividade laboral como objecto nuclear do Direito do Trabalho

2. O âmbito do Direito do Trabalho e a sua natureza unitária

2.1. O surgimento das questões laborais e a tripartição clássica do Direito do Trabalho nas áreas do *direito das condições de trabalho*, do *direito individual do trabalho* e do *direito colectivo do trabalho*

2.2. O âmbito do Direito do Trabalho na actualidade e a sua *summa divisio*: a área regulativa das situações laborais individuais e a área regulativa das situações laborais colectivas. A natureza unitária da área jurídica

§ 2º - Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho

3. A modernidade do Direito do Trabalho e os contributos pré-industriais para o seu desenvolvimento

3.1. O surgimento do Direito do Trabalho no final do século XIX

3.2. A modernidade do fenómeno do trabalho subordinado e a importância dos seus antecedentes pré-industriais

4. Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho

4.1. A evolução tradicional do Direito do Trabalho na senda da protecção do trabalhador

4.1.1. A importância e as dimensões do princípio da protecção do trabalhador

4.1.2. Fases e sentido geral da evolução do Direito do Trabalho sob o desígnio da protecção do trabalhador

4.2. O Direito do Trabalho na actualidade e os seus desafios para o século XXI: as tendências da flexibilização

4.2.1. A alteração dos pressupostos do desenvolvimento tradicional do Direito do Trabalho, a partir da década de setenta

4.2.2. As tendências de evolução do Direito do Trabalho no último quarto do século XX: a flexibilização dos regimes laborais

5. Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho português

5.1. O surgimento do Direito do Trabalho em Portugal e a sua evolução histórica

5.1.1. O surgimento do Direito do Trabalho na transição do século XIX para o século XX

5.1.2. A fase da consolidação: a 1ª República

5.1.3. A fase da publicização: o Direito do Trabalho no corporativismo

5.1.4. Evolução recente: o Direito do Trabalho no quadro constitucional vigente

5.2. Situação actual do Direito do Trabalho português - uma referência especial ao Código do Trabalho

5.2.1. O contexto da reforma laboral: a situação do Direito do Trabalho no início do século XXI e as suas perspectivas para o futuro

5.2.2. A reforma laboral em curso - breve apreciação do Código do Trabalho e respectiva regulamentação

§ 3º - Características do Direito do Trabalho e disciplinas próximas

6. Características do Direito do Trabalho

- 6.1. O Direito do Trabalho como direito privado
- 6.2. O Direito do Trabalho como direito privado especial dotado de autonomia sistemática
- 6.3. O Direito do Trabalho como direito não institucional
- 6.4. O Direito do Trabalho como direito compromissório
- 6.5. A sensibilidade social e a porosidade ideológica e linguística do Direito do Trabalho
- 6.6. A tendência expansionista do Direito do Trabalho
- 6.7. O Direito do Trabalho como ramo jurídico dotado de autonomia dogmática (remissão)

7. O Direito do Trabalho e as disciplinas jurídicas próximas

§ 4º - O Direito do Trabalho na Ciência Jurídica

8. O ensino universitário das matérias laborais e a produção científica no domínio laboral - breve excursão histórica

9. Parâmetros metodológicos do ensino das matérias laborais no Curso de Direito

10. Indicações bibliográficas gerais

II

FONTES E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Secção I - As fontes do Direito do Trabalho

11. O sistema de fontes laborais: enunciado geral e classificação

§ 5º - A Constituição laboral

12. Aspectos gerais e importância da Constituição laboral

13. Princípios constitucionais de incidência laboral: enunciado e classificação

14. A importância da Constituição na hierarquia das fontes laborais e a eficácia civil dos direitos laborais fundamentais

14.1. Aspectos gerais

14.2. O problema da eficácia civil dos direitos laborais fundamentais

§ 6º - As fontes internacionais e comunitárias

15. O Direito Internacional e as organizações laborais internacionais
 - 15.1. Aspectos gerais; recepção na ordem jurídica nacional
 - 15.2. Instrumentos internacionais com normas de incidência laboral e organizações internacionais de vocação laboral; a Organização Internacional do Trabalho
16. O Direito Comunitário em matéria social
 - 16.1. Evolução geral
 - 16.2. A livre circulação de trabalhadores
 - 16.3. As condições de trabalho em sentido amplo
 - 16.4. O emprego e a formação profissional; o Fundo Social Europeu
 - 16.5. A igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens e a proibição de discriminação em geral
 - 16.6. Os contratos de trabalho especiais e outras situações laborais especiais
 - 16.7. A tutela dos trabalhadores perante vicissitudes do empregador ou da empresa
 - 16.8. O diálogo social e a representação dos trabalhadores ao nível europeu

§ 7º - As fontes internas comuns

17. A lei: em especial o Código do Trabalho e respectiva Lei de Regulamentação e demais legislação laboral
 - 17.1. Aspectos gerais
 - 17.2. O Código do Trabalho
 - 17.3. A Regulamentação do Código do Trabalho
 - 17.4. Outros diplomas laborais
18. As especificidades da produção normativa no domínio laboral:
 - 18.1. O direito de consulta e de participação dos trabalhadores e dos empregadores na elaboração das leis laborais; a legislação laboral negociada
 - 18.2. As normas convénio-dispositivas
19. O costume e os usos laborais
 - 19.1. O costume
 - 19.2. Os usos laborais
20. A jurisprudência e a doutrina

§ 8º - As fontes internas específicas

21. As convenções colectivas de trabalho
 - 21.1. Aspectos gerais: a importância da convenção colectiva como fonte de Direito do Trabalho
 - 21.2. Tipologia das convenções colectivas de trabalho
22. Outras fontes autónomas
 - 22.1. O acordo de adesão

- 22.2. A deliberação de arbitragem voluntária
- 23. As fontes heterónomas
 - 23.1. A portaria de extensão
 - 23.2. A portaria de condições de trabalho
 - 23.3. A deliberação de arbitragem obrigatória e necessária
- 24. A questão do regulamento da empresa

Secção II - Interpretação e aplicação das normas laborais: o favor laboratoris

- 25. Considerações gerais. Sequência
- 26. O princípio do *favor laboratoris*: relevo geral e evolução recente
 - 26.1. Delimitação geral e importância do *favor laboratoris*
 - 26.2. As operações técnicas pressupostas no *favor laboratoris*: a determinação da natureza das normas laborais e os critérios de comparação das fontes laborais
 - 26.3. O *favor laboratoris* no nosso sistema juslaboral: situação anterior ao Código do Trabalho
 - 26.4. O *favor laboratoris* no Código do Trabalho: apreciação geral
- 27. Interpretação e integração das normas laborais
- 28. Conflitos de fontes laborais no tempo: o problema dos direitos adquiridos
- 29. Conflitos de fontes laborais no espaço
- 30. Concorrência entre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho
- 31. Conflitos hierárquicos de fontes laborais e relação entre as fontes laborais e o contrato de trabalho
 - 31.1. Aspectos gerais. Razão de ordem
 - 31.2. Os conflitos hierárquicos de fontes: em especial, a relação entre as normas legais e os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho
 - 31.3. A relação entre as fontes laborais e o contrato de trabalho

III

ALICERCES DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO

Secção I - As pessoas juslaborais

- 32. Questões gerais. O conceito de pessoa laboral

§ 9º - O trabalhador e o empregador

- 33. O trabalhador subordinado
 - 33.1. Delimitação geral e figuras próximas
 - 33.2. As categorias de trabalhadores
- 34. O empregador e a empresa laboral
 - 34.1. Delimitação geral da figura do empregador
 - 34.2. A empresa laboral: delimitação geral e importância
 - 34.3. Tipologia das empresas laborais
 - 34.4. A pluralidade de empregadores

§ 10º - As pessoas juslaborais colectivas

- 35. Aspectos gerais
- 36. Associações sindicais
- 37. Comissões de trabalhadores
- 38. Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores
- 39. Associações de empregadores

Secção II - As situações jurídicas laborais nucleares e derivadas

§ 11º - Evolução geral

- 40. A relação de trabalho como situação jurídica central do Direito do Trabalho: apreciação crítica
- 41. A alternativa: as situações jurídicas laborais nucleares inerentes à qualidade de trabalhador subordinado e à qualidade de empregador e as situações laborais derivadas
 - 41.1. As situações jurídicas laborais nucleares
 - 41.2. As situações jurídicas laborais derivadas; o vínculo de trabalho

§ 12º - O vínculo de trabalho: evolução e reconstrução dogmática

- 42. O vínculo de trabalho: evolução histórica e dogmática
 - 42.1. Aspectos gerais; sequência
 - 42.2. A construção civilista: a recondução do vínculo laboral às figuras da locação ou da prestação de serviços
 - 42.3. As concepções comunitário-pessoais do vínculo de trabalho
 - 42.4. As críticas à concepção comunitário-pessoal do vínculo de trabalho e a reconstrução obrigacional deste vínculo; a teoria da remuneração
 - 42.5. Síntese crítica

43. Reconstrução do vínculo laboral: o conteúdo do contrato de trabalho e a sua singularidade dogmática
- 43.1. Os pontos de partida da construção: a natureza negocial do vínculo de trabalho e a sua complexidade interna
 - 43.2. A delimitação objectiva do vínculo de trabalho: a actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador
 - 43.2.1. A actividade laboral: actividade e resultado; actividade e disponibilidade do trabalhador
 - 43.2.1. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres acessórios integrantes e deveres acessórios independentes da prestação principal
 - 43.3. A delimitação objectiva do vínculo de trabalho (cont.): a retribuição e os deveres acessórios do empregador
 - 43.3.1. A retribuição
 - 43.3.2. Os deveres acessórios do empregador
 - 43.4. A delimitação subjectiva do vínculo laboral: a subordinação do trabalhador e os poderes laborais do empregador
 - 43.4.1. A subordinação do trabalhador
 - 43.4.2. Os poderes laborais: poder de direcção e poder disciplinar
 - 43.5. A componente de pessoalidade e a componente organizacional do vínculo de trabalho
 - 43.5.1. A componente organizacional
 - 43.5.2. A componente de pessoalidade
 - 43.6. Conclusão: a reconstrução do conteúdo do contrato de trabalho a partir dos conceitos de relação de trabalho e de relação de emprego. A singularidade do vínculo laboral no panorama dos vínculos obrigacionais

Secção III - A autonomia dogmática do Direito do Trabalho

§ 13º - Evolução do problema da autonomia dogmática do Direito do Trabalho e tendências actuais

- 44. Enunciado e importância do problema da autonomia dogmática
- 45. O posicionamento tradicional do problema e a sua evolução
- 46. A crise dogmática do Direito do Trabalho

§ 14º - O reposicionamento do problema

- 47. Premissas e metodologia da indagação pela autonomia dogmática do Direito do Trabalho

48. Os fundamentos estruturais da autonomia dogmática: a singularidade dos principais institutos laborais
- 48.1. A singularidade do contrato de trabalho
 - 48.2. A singularidade da convenção colectiva de trabalho
 - 48.3. A singularidade do direito de greve
49. Os fundamentos sistemáticos da autonomia: a dimensão colectiva integral do Direito do Trabalho e os seus recursos técnicos específicos
- 49.1. A dimensão colectiva integral do Direito do Trabalho
 - 49.2. As especificidades do Direito do Trabalho na construção e na aplicação das suas normas e na tutela dos seus interesses
50. Conclusão: o reconhecimento da autonomia dogmática do Direito do Trabalho pela singularidade dos seus institutos e pela sua maturidade como área jurídica

Secção IV - Os princípios fundamentais do Direito do Trabalho

§ 15º - Aspectos gerais

51. As consequências do reconhecimento da autonomia dogmática: os princípios próprios do Direito do Trabalho
52. A autonomia dogmática e a relação entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil

§ 16º - Enunciado e classificação dos princípios gerais do Direito do Trabalho

53. Enunciado geral
54. O princípio da compensação da posição devedora complexa das partes no contrato de trabalho e as suas projecções
- 54.1. Enunciado geral e vertentes do princípio da compensação: o princípio da protecção do trabalhador; o princípio da prevalência dos interesses de gestão
 - 54.2. As projecções do princípio da protecção do trabalhador
 - 54.2.1. Aspectos gerais
 - 54.2.2. Algumas projecções em especial: o *favor laboratoris*; o princípio da segurança no emprego; a tutela dos direitos de personalidade; a tutela dos direitos inerentes à maternidade, à paternidade e à conciliação (remissão)
 - 54.3. As projecções do princípio da prevalência dos interesses de gestão
 - 54.4. Síntese
55. O princípio do colectivo e as suas projecções
- 55.1. Enunciado geral e importância
 - 55.2. As projecções do princípio do colectivo: a autonomia colectiva, a intervenção dos trabalhadores na gestão, a primazia do colectivo, a interdependência dos vínculos laborais na organização e a igualdade de tratamento
56. O princípio da auto-tutela e as suas projecções

PARTE II

SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS

I

A FORMAÇÃO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS: O CONTRATO DE TRABALHO

§ 17º - Delimitação do contrato de trabalho

- 57. Noção e elementos essenciais do contrato de trabalho
- 58. Figuras afins do contrato de trabalho
- 59. As situações de parasubordinação: o trabalho no domicílio e os contratos «equiparados» ao contrato de trabalho
- 60. Características do contrato de trabalho
- 61. Tipologia dos contratos de trabalho: contrato de trabalho comum, contratos de trabalho especiais e contratos de trabalho sujeitos a regras específicas, atinentes ao tipo ou à situação dos trabalhadores

§ 18º- Formação do contrato de trabalho

- 62. Pressupostos do contrato de trabalho
- 63. Processo de formação do contrato de trabalho
 - 63.1. Regras gerais
 - 63.2. Promessa de trabalho
 - 63.3. Concurso para a celebração de um contrato de trabalho
 - 63.4. Contrato de trabalho por adesão e cláusulas contratuais gerais
- 64. Deveres especiais na formação do contrato de trabalho
 - 64.1. Dever de informação
 - 64.2. Dever de não discriminação
- 65. Forma e formalidades no contrato de trabalho
 - 65.1. Regras especiais em matéria de forma no contrato de trabalho
 - 65.2. Forma e formalidades
- 66. Período experimental
- 67. Os valores negativos do contrato de trabalho: invalidade e convalidação do contrato de trabalho; relações laborais de facto
 - 67.1. A invalidade do contrato de trabalho: regras especiais
 - 67.2. A redução e a conversão dos negócios laborais inválidos
 - 67.3. A convalidação do contrato de trabalho

II

CONTEÚDO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS

Secção I - Do conteúdo em geral e conteúdos especiais no contrato de trabalho

§ 19º - Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho

- 68. A fixação do conteúdo do contrato de trabalho: interpretação e integração do contrato de trabalho
- 69. Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho
 - 69.1. Condição e termo no contrato de trabalho
 - 69.2. Cláusulas limitativas da liberdade de trabalho na pendência do contrato de trabalho
 - 69.3. Contratos de trabalho em união com outros contratos
- 70. Relação de trabalho típica e emergência de novos modelos de vínculo laboral

§ 20º- Contratos de trabalho sujeitos a regime especial: o contrato de trabalho a termo resolutivo

- 71. Delimitação geral
- 72. Evolução histórica e análise comparativa
- 73. Regime jurídico do contrato de trabalho a termo resolutivo
 - 73.1. Fundamentos do contrato de trabalho a termo resolutivo
 - 73.2. Forma e formalidades
 - 73.3. Duração, renovações e conversão
 - 73.4. Cessação: causas específicas e efeitos acessórios

§ 21º - Outros contratos de trabalho sujeitos a regime especial

- 74. Contrato de trabalho temporário
- 75. Contrato de teletrabalho
- 76. Contrato de trabalho em regime de comissão de serviço
- 77. Contrato de trabalho a tempo parcial
- 78. Contrato de trabalho em funções públicas
- 79. Outras situações
 - 79.1. Contrato de serviço doméstico
 - 79.2. Contrato de trabalho na agricultura
 - 79.3. Contrato de trabalho de profissionais de espectáculo
 - 79.4. Contratos de trabalho a bordo
 - 79.5. Contrato de trabalho portuário
 - 79.6. Contrato de trabalho do praticante desportivo

§ 22º- Outros regimes laborais especiais

- 80. Contrato de trabalho com menores
- 81. Contrato de trabalho com trabalhadores deficientes, com doença crónica ou com capacidade de trabalho reduzida
- 82. Contrato de trabalho com estrangeiros
- 83. Contrato de trabalho com estudantes

Elementos bibliográficos obrigatórios

- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Tratado de Direito do Trabalho I – Dogmática Geral*, 3ª edição, Coimbra, Almedina, 2012, *Tratado de Direito do Trabalho II - Situações Laborais Individuais*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2014, e *Tratado de Direito do Trabalho III – Situações Laborais Colectivas*, Coimbra, Almedina, 2012
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2001
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2003
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Direito Social da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2009
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma / MADALENO, Cláudia (Org.) – *Código do Trabalho e Legislação Complementar*, 2ª ed., Lisboa, AAFDL, 2014

Elementos bibliográficos de consulta recomendada

- AMADO, João Leal - *Contrato de Trabalho*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014
- CORDEIRO, António Menezes - *Manual de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 1991
- GOMES, Júlio Vieira - *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito do Trabalho*, 6ª ed., Coimbra, Almedina, 2013
- MARTINEZ, Pedro Romano / MONTEIRO, Luis Miguel / VASCONCELOS, Joana / BRITO, Pedro Madeira de / DRAY, Guilherme / SILVA, Luís Gonçalves da - *Código do Trabalho Anotado*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2013